

O APAGAMENTO DA DIÁSPORA NEGRA NO BAIRRO DA LIBERDADE EM SÃO PAULO: O TRABALHO DE CAMPO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Mateus de Sousa Nonato
mateusdsnonato@usp.br¹

Paula Cristiane Strina Juliasz
paulacsj@usp.br²

Resumo

No contexto da geografia negra e da educação antirracista no Brasil, compreender as relações étnico-raciais na produção do espaço urbano contribui à problematização do apagamento da população negra. Com o objetivo de reconhecer a ancestralidade africana no bairro da Liberdade em São Paulo, delineou-se a investigação sobre a potencialidade do trabalho de campo nas aulas de geografia nos anos finais do ensino fundamental. Desenvolveram-se revisão bibliográfica sobre a historiografia do bairro da Liberdade e o estudo sobre a pedagogia histórico-crítica; e elaborou-se um roteiro de campo. Como resultado, obtivemos o uso e a avaliação desse material por professores, que puderam conhecer a abordagem do espaço urbano pela educação antirracista. Concluiu-se a necessidade do estudo do apagamento negro por meio do conteúdo geográfico, com ênfase na relação entre política, economia e sociedade.

Palavras-chave: Geografia urbana, Cartografia, Pedagogia Histórico-Crítica.

¹ Graduando em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). O presente artigo é fruto de iniciação científica desenvolvida nessa universidade, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

² Professora Doutora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).



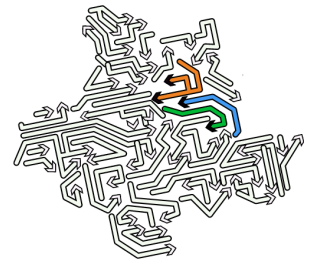
Introdução

O ensino de geografia se ocupa da formação consciente da relação do indivíduo com o mundo, por crianças, jovens e adultos, nos mais diferentes níveis da educação. Essa formação envolve pensar o espaço por meio da geografia e de seus conceitos e linguagens, mobilizando fundamentos do pensamento crítico sobre a localização geográfica e as diferentes relações que são estabelecidas na forma contraditória da produção do espaço. Nesse sentido, o ensino de geografia também ensina a reflexão sobre alguns fundamentos da prática social acerca da racialização, uma vez que o urbano nos permite mobilizar a relação eu-mundo e o reconhecimento dos apagamentos da população negra no espaço.

Nessa perspectiva, tomamos como lugar de questionamentos o bairro da Liberdade, na capital paulista. Nossa pesquisa, desenvolvida no âmbito do PIBIC-USP³, teve o objetivo de elaborar um roteiro de campo para o estudo de fenômenos da morfologia da cidade, impactada pela escravidão e pela essência do racismo espacial. Para a construção do roteiro de campo, partimos de referências bibliográficas (RODRIGUES, 2021; OLIVEIRA, 2020; SEVCENKO, 2004; BARONE, 2021) que se dedicaram ao estudo historiográfico do bairro e que apresentaram mapas históricos, datados a partir de 1810. Esse levantamento nos permitiu compreender a delimitação do território negro na Liberdade e construir uma sobreposição de camadas para traçar os vestígios da escravidão na paisagem atual. E para o desenvolvimento do trabalho de campo, contamos com a colaboração de professores e pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Cartografia e Pensamento Espacial na Educação Geográfica (CPEGEO), além de pesquisadores e ativistas da União dos Amigos da Capela dos Aflitos (UNAMCA), que evidenciam a memória e a resistência indígenas e negras no bairro da Liberdade.

Objetiva-se, por meio deste estudo, analisar o trabalho de campo enquanto instrumento e metodologia para o ensino de geografia, no contexto das questões urbanas e da educação

³ Programa de Iniciação Científica da Universidade de São Paulo.



antirracista, de modo que a formação do ser social consciente de sua prática social se torne um eixo orientador da atividade docente.

Metodologia

Como toda pesquisa, partimos do levantamento bibliográfico acerca da temática, principalmente no que tange à historiografia do bairro da Liberdade em São Paulo, permitindo coletar mapas históricos, datados a partir de 1810. Nossas questões acerca das mudanças na paisagem e do apagamento negro foram mais bem delineadas a partir do contato com as pesquisas de Rodrigues (2021), Oliveira (2020), Sevckenko (2004) e Barone (2021), nos permitindo assim contextualizar o tema no ensino de geografia por um viés antirracista.

Essa investigação abrangeu também uma pesquisa qualitativa com base na análise dialética dos dados do campo de ensino de geografia e do estudo urbano, sob a perspectiva da formação histórico-espacial de inclusão fenomenológica, particularmente sobre a transformação da paisagem, a diáspora negra e seu apagamento territorial. Daí a importância de revelar os horrores praticados na manutenção do sistema escravista na cidade de São Paulo para agentes de resistência nos espaços geográficos marcados na paisagem atual, proporcionando “um encontro com herança africana pelo viés cultural, muitas vezes apresentado nas obras literárias e transformando esse encontro em pertença identitária individual e coletiva” (GUIMARÃES, 2020, p. 303). De forma pragmática, das possibilidades das geo-grafias negras no ensino de geografia, destacam-se: a difusão da informação sobre os lugares de resistência/memória preta; as relações entre a realidade e os conceitos socioespaciais da geografia como paisagem, território e espaço; a afirmação da negritude sobre a realidade dos espaços geográficos que foram afastados ou negados pela ancestralidade e contemporaneidade afro-brasileira; e a importância da lei 10.639/2003 para o ensino da geografia antirracista.

De acordo com Anjos (2017), o desafio é assumir o plurirracial e suas manifestações multiculturais, constatando a diversidade étnica e os conflitos intrínsecos resultantes do movimento diaspórico, o que torna necessário incorporar o conceito de diáspora negra às análises da formação territorial brasileira. Compreender o deslocamento dos povos africanos é também



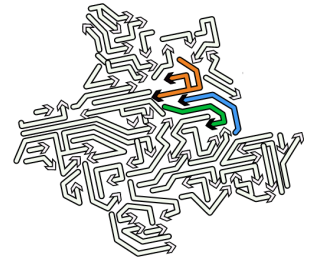
saber que o interesse europeu na África se deu tanto pela exploração de riquezas materiais e minerais quanto pela exploração do trabalho, ou seja, a escravidão de povos africanos. Consequentemente, instaurou-se o período de acumulação primitiva de capitais. Estabelecidas a transformação do espaço brasileiro e a acumulação do capital primitivo na Europa, é notória a relação entre o conceito de diáspora com a geografia, pois explora-se a ideia de dispersão da população com suas matrizes culturais e tecnológicas.

O fenômeno espacial que abordamos, nesta oportunidade está ligado aos séculos de deslocamentos, geralmente, denominado, 'tráfico negreiro' para a América, fruto de longos períodos de migração forçada, contexto propulsor do sistema escravista e base do capitalismo primitivo (ANJOS, 2017, p. 263).

No intuito de reconhecer a diáspora no bairro da Liberdade, o trabalho de campo permite notar a dinâmica do espaço urbano que interfere na ação do indivíduo e seu coletivo: todos passam a ter uma interligação, estando no mesmo território, paisagem ou lugar. Por isso, a ênfase desta pesquisa é o estudo da paisagem e sua sobreposição de camadas temporais. Embora se trate de uma sobreposição, a necessidade de revelar os apagamentos materiais na paisagem nos permite compreender as relações desiguais e raciais na sociedade. Por isso,

[...] a descrição de paisagens urbanas tais como as descobrimos percorrendo a cidade dá ideia das etapas de sua evolução, mas não explica seu papel [...] passemos do olhar do visitante à perspectiva vertical daquele que dispõe de mapas, fotografias aéreas e pesquisas sobre os hábitos de deslocamentos dos cidadãos (CLAVAL, 2004, p. 34. apud SERPA, 2006 p.16).

Passamos a olhar a cidade por meio da geografia. Enquanto um saber sistematizado, esta pode nos revelar novas formas de entender um espaço vivido em nosso cotidiano. O trabalho de campo, como instrumento para a compreensão da produção do espaço urbano, permite que a pessoa se torne uma observadora dos apagamentos negros do território da Liberdade – a mesma paisagem em que o turismo é positivado como um bairro tradicional asiático. O uso de cartografia, fotografias e textos amplia as percepções e as análises dos sujeitos sobre a paisagem,



a fim de estudar o tempo e sua relação com o movimento da sociedade de se apropriar da natureza. Assim, compreendemos que o delineamento do roteiro de campo parte da paisagem, sendo o primeiro elemento que manifesta de modo aparente o fenômeno investigado. Em seguida, ao retornar à paisagem após seu estudo por meio do território, tem-se uma nova compreensão dela. Dessa forma, partimos da compreensão cíclica de análise:

- 1) Primeira memória da paisagem ↔ primeira sensação/aparência
- 2) Estudo da paisagem ↔ fenômenos geográficos → essência → consciência
- 3) Roteiro de campo ↔ trabalho de campo → análise crítica da paisagem

A sistematização de nosso trabalho de campo e a compreensão de seu papel enquanto metodologia e instrumento para o ensino de geografia requerem a apreensão das categorias espaço, território e paisagem, o uso da cartografia e o conceito da diáspora africana. O trabalho de campo contribui para a problematização espacial no ensino, pois “saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas” (LACOSTE, 2006, p. 91).

Os vestígios da escravidão e a pedagogia histórico-crítica

A política organizacional da população em São Paulo no século XVIII era composta por indivíduos nascidos livres, libertos, fugidos (quilombolas) e escravizados. O número de negros escravizados era menor nas cidades, devido ao trabalho escravizado nos campos. Entretanto, essas pessoas eram punidas publicamente no espaço denominado pelourinho, um dos elementos constituintes das cidades ou vilas em colônias portuguesas, situados junto às igrejas, câmaras, cadeias e forcas, sendo então um espaço de controle (RAREY, 2015, p. 104 apud OLIVEIRA, 2020, p. 91). A punição era exemplo de conservação do sistema escravista e da permanência da colonização: “o corpo era punido, com a intenção de dominação concreta e subjetiva da coletividade, a arte de reter a vida no sofrimento” (FOUCAULT, 1987, p. 36 apud OLIVEIRA, 2020, p. 87).

De acordo com Oliveira (2020), as punições ocorriam em propriedades públicas e privadas, com o principal objetivo de conter rebeliões – como formação de quilombolas, fugas e

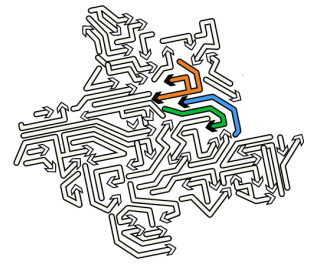


motins –, tratadas como grandes problemas para a metrópole e para a colônia quanto à manutenção da exploração do território. Essa manutenção era garantida por dois poderes: a) o do próprio Estado, representado pela Coroa Real, na metrópole; b) o privado, representado pelo proprietário dos cativos, interventor na extração da força de trabalho, na própria colônia. Observa-se que o poder do Estado era necessário à regulamentação e à estabilidade socioespacial no sistema escravista, para legislar, apreender, julgar, executar e punir (OLIVEIRA, 2020, p. 90). Em vista disso, para entendermos o aparato punitivo presente na cidade – expresso por igreja, cadeia, pelourinho e força –, é preciso relacionar os dois poderes e sua representação na política, no espaço, na economia e na sociedade, demarcada por eventos histórico-geográficos.

Para difundir o processo e a delimitação do território pelos dois poderes, procuramos tornar visíveis os vestígios da escravidão determinantes no território negro no bairro da Liberdade, em cinco localidades: 1) Largo da Força, atual Praça África-Japão; 2) Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados; 3) Cemitério e Capela dos Aflitos; 4) Largo do Pelourinho, atual Fórum João Mendes; 5) Largos dos Remédios, atual Largo 7 de Setembro.

Na primeira localidade, uma praça, atualmente não está evidente o passado do local dos enforcamentos; destacamos então elementos não materiais ligados à paisagem, como as lideranças da revolta contra a coroa portuguesa. Nesse caso, dialogar sobre os soldados Francisco José das Chagas, conhecido como Chaguinhas, e Joaquim Cotindiba é compreender a origem do nome do bairro e de como funcionava o aparato punitivo. Na cidade de São Paulo, a força tinha um destaque visual de amplitude: por causa do terreno íngreme, os enforcamentos se testemunhavam de vários pontos distintos da cidade. Antes denominado como “Morro da Força” ou “Largo da Força”, esse morro na Liberdade foi aplainado:

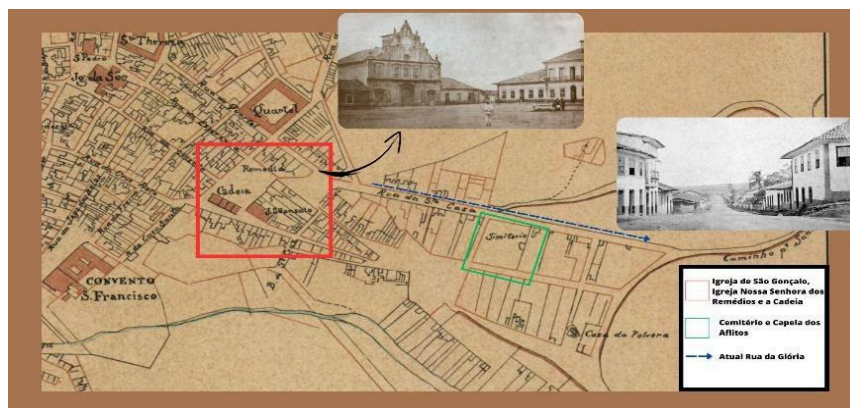
[...] aquele era o espaço maldito da cidade. A presença sinistra que galvanizava o Distrito da Glória por muito tempo foi a de um monte saliente, como uma gigantesca verruga geológica em meio à crista elevada do Caminho do Carro de Santo Amaro, conhecido pelo nome sombrio de ‘Morro da Força’ (SEVCENKO, 2004, p. 19).



Logo após o enforcamento dos soldados antes mencionados, a cidade ficou de luto. Historiadores (OLIVEIRA, 2020, p. 119) relatam que velas foram acesas ao pé de uma cruz (lugar que corresponde hoje ao início da Avenida da Liberdade, próximo às ruas Rodrigo Silva e Carlos Gomes), e uma mesa com oferendas foi posta no Morro da Forca. Por isso, em nosso trabalho, estabelecemos a Igreja Santa Cruz das Almas dos Enforcados como a segunda localidade e como forma de trabalhar a memória grafada na paisagem, uma vez que essa igreja inscreve na morfologia territorial a simbologia do perdão, mantendo as tradições e a vivência negra no conjunto urbano social.

Entre a imaterialidade e a materialidade na paisagem, compreendemos que há sempre a necessidade de revelar os processos que engendram configurações territoriais, para reconhecer os sujeitos da história. É nesse sentido que a terceira localidade, o Cemitério (1775) e a Capela dos Aflitos, contribui para o reconhecimento da reparação histórica e para a luta pela preservação da memória na própria paisagem. O cemitério era voltado para o enterro de negros escravizados e indígenas até o ano de 1858. Recentemente, em 2018, vestígios desse passado foram encontrados, o que levantou a preocupação de diferentes setores da sociedade para preservar a história e a memória, por se tratar de uma área com mudanças urbanas e interesse imobiliário. Na paisagem, observamos a forma histórico-espacial dos negros e nativos esmagada pelas ruas e vielas, por conta de loteamento do terreno no bairro, resultado do planejamento urbanístico do final da década de 1960 até 1973 e da turistificação na paisagem, em função do Estado. No mapa da cidade de 1847 (Figura 1), observamos a presença do cemitério.

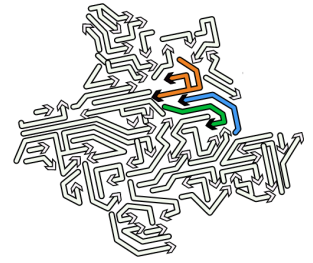
Figura 1 - Cidade de São Paulo e seus subúrbios (1847)



Fonte: Bresser (1847) apud Rodrigues (2021, p. 84). Arquivo Histórico Municipal Informativo, São Paulo, ano 4, n. 20, set./out. 2008. Adaptado pelos autores em Canva (2023).

Na Figura 1, observam-se elementos que hoje não fazem parte da paisagem e que condizem com os pontos seguintes do roteiro de campo: a Praça Dr. João Mendes, onde era a antiga Igreja Nossa Senhoras dos Remédios próximo ao Quartel; e o Fórum João Mendes, onde situava-se o Pelourinho, representando a autoridade de poder sobre corpos negros e indígenas. Como ponto de referência atual da memória do Pelourinho e da Igreja dos Remédios, existem apenas duas placas pequenas do Departamento do Patrimônio Histórico Municipal de São Paulo (DPH), uma indicando o antigo Caminho de Santos, do lado de fora do prédio do Fórum João Mendes, e outra, o antigo Pelourinho, numa discreta saída de ar do metrô.

A antiga Igreja dos Remédios obteve um destaque importante para o movimento abolicionista no final do século XIX, em razão do acolhimento aos escravizados que fugiam das fazendas ou da marginalização suburbana da cidade de São Paulo. A igreja também teve grande relevância na luta abolicionista, por meio do jornal local “A Redenção” e pela fundação da escola para os primeiros negros sancionados pela Lei do Ventre Livre. As pessoas que “conseguiram a liberdade, pela fuga ou violência, refugiavam-se no interior da igreja, onde costumavam depositar



em oferenda os ferros que os haviam aprisionado” (SOUZA, 2004, p. 400-401 apud ATIQUÊ; GONÇALVES, 2019).

Todavia, essa paisagem foi demolida por consequência do Plano de Avenidas planejado pelo prefeito Francisco Prestes Maia e Ulhôa Cintra nas décadas de 1920 e 1930. Nesse planejamento urbano, tinha-se a ideia de “modernização europeia”, com modelos de cidades como Paris, Moscou e Berlim. Devido à dinâmica de crescimento da cidade de São Paulo, o Plano de Avenidas tinha como objetivo o alargamento e a fixação de grandes avenidas, dispondo os automóveis como veículo principal. A ilusória modernização de São Paulo foi contra a preservação do espaço, a questão religiosa, o arranjo cultural e a existência do movimento abolicionista presentes no espaço-tempo. A paisagem da antiga Igreja dos Remédios já não existe mais, portanto; sofreu seu apagamento histórico-espacial.

Pela datação dos objetos de uma paisagem, deveríamos poder reconhecer a sua idade (ou as suas idades). Mas isso nem sempre é possível, já que muitas vezes os objetos antigos são suprimidos da paisagem. Quem desembarca em São Paulo reconhece a história dos objetos presentes, mas não a história da cidade. Na velha Europa, os traços do passado são mais visíveis; é toda uma diferença de ritmos (SANTOS, 2014, p. 75).

Com base nas relações entre imaterial e material, essência e aparência a partir da paisagem, delineamos a prática de atividades de campo com base teórica-metodológica na pedagogia histórico-crítica, compreendendo os seguintes elementos: **prática social** como ponto de partida educativo; **problematização** para identificação de questões no âmbito social e sua atribuição temática; **instrumentalização** para apropriação dos instrumentos teóricos e práticos da geografia; e, por fim, a **catarse** expressada e reformulada para o entendimento prático social e para a construção do indivíduo como sujeito na sociedade (SAVIANI, 2008).

Na composição pedagógica e no campo, mobilizamos a memória e o raciocínio como formas questionadoras sobre os arranjos histórico-geográficos, desde a geomorfologia de São Paulo e sua composição entre rios, até os fatores humanos no contexto da escravidão e no “desenvolvimento” da urbanização. Realçamos uma visão holística da geografia, por meio da necessidade da “ampliação desse território, levando, ao mesmo tempo, a sala de aula para o



mundo – um lugar ou situação mais específica ou particular deste mundo para ser pesquisado e estudado –, o mundo – mais real e concreto” (LOPES; PONTUSCHKA, 2009, p. 32).

A cartografia no roteiro de trabalho de campo

Na sobreposição de tempos, a cartografia cumpre papel fundamental, para a análise das permanências e materialidades. Não podemos considerar os mapas como território, entretanto, a ferramenta cartográfica possibilita a leitura histórico-geográfica:

Os mapas, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real, se firmam como ferramentas eficazes de interpretação e leitura do território, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, mostram os fatos geográficos e os seus conflitos. Estes possibilitam revelar graficamente o que acontece na dinâmica do espaço e tornam-se cada vez mais imprescindíveis (ANJOS, 2017, p. 262).

A cartografia antiga demonstra indícios do território negro de forma peculiar, pois trata-se do subúrbio da cidade de São Paulo no século XIX. Na delimitação do atual território da Liberdade, destaca-se uma relação de opressão e medo constatada no mapa de 1847 (Figura 1), pois é possível observar, na chegada a São Paulo, um ambiente hostil e opressor: a casa de pólvora, o cemitério, a igreja, o quartel e a cadeia. Por meio da sobreposição entre a planta antiga e o mapa atual, com base em Rodrigues (2021) e Oliveira (2020), buscamos a representação da demarcação do território afro-brasileiro no bairro da Liberdade, circundando os vestígios da escravidão, expressa na Figura 2.

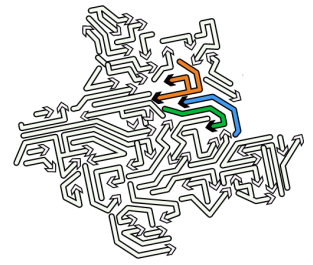


Figura 2 - Mapa do roteiro de campo



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O trabalho de campo deve se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém cada vez mais articulado (SERPA, 2006, p. 10). Para o ensino de geografia, compreendemos que há a necessidade de trabalhar o espaço, sua acumulação histórica e seus sujeitos, o que nos leva a um mosaico, constituído nos processos sociais, de paisagens e sua correlação de formas, funções e sensações.

O trabalho de campo na formação de professores

Após o estudo e planejamento, observamos que os mapas se tornam instrumentos importantes para a disputa territorial e para o reconhecimento da população negra no bairro da Liberdade, de modo que são também fontes documentais para o estudo de campo e para a reivindicação pela preservação e reparação histórica. Realizamos o trabalho de campo com a cooperação do grupo CPEGEO, cujos integrantes fizeram as leituras dos textos de Sevcenko (2004) e de Rodrigues (2021). Durante o campo, apresentamos a problematização do apagamento negro no território utilizando ferramentas como mapas, fotografias e mídia locativa Wikiloc.

Após o campo, todos os participantes entregaram avaliações sobre o roteiro, a sua execução e um mapa mental do trajeto. Todos os membros que participaram são professores e pós-graduandos: Elisa Pereira (mestranda); Fernando Silva (mestrando); Juliana Parini



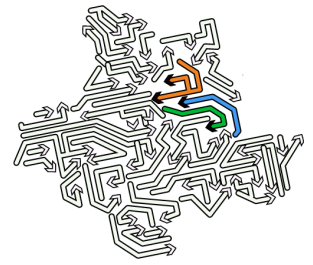
(mestranda); Leandro Nogueira (doutorando); e Mariane Braga (mestranda). Por um viés analítico, os professores e pesquisadores observaram de forma objetiva o roteiro e o território durante o campo e fizeram comentários sobre eles: “[...] onde você é capaz de tratar sobre diversos assuntos que tangenciam o tema de estudo do bairro da Liberdade. E os pontos de parada escolhidos conseguem dar conta de locais muito pertinentes ao tema mantendo um traçado curto” (Fernando, 19/04/23). Os aspectos da paisagem foram apresentados de forma sensível:

Importante trabalho de resgate da memória e presença do povo preto. A paisagem nos confunde e ofusca a memória do povo preto. Os cheiros da paisagem não nos aguçam a memória, não são convite a reflexão dos que vieram antes. Os nativos deixaram de existir. Não aparecem rastros indígenas. A paisagem foi ressignificada (Juliana, 08/05/23).

Com destaque para as igrejas, o catolicismo positivado nos corpos negros foi percebido no segundo ponto visitado durante o campo:

A mediação na porta da igreja foi precisa, objetiva e esclarecedora para que entrando lá pudéssemos perceber como o culto, a memória dentro daquele espaço evoca a alma de tantos negros e negras mortos naquele espaço, pois se trata de uma igreja que possui elementos que remetem a cultura negra e ao sincretismo tão presente na cultura e religião brasileira (Mariane, 16/05/23).

Durante a abordagem no campo, destacamos a importância do movimento negro atual e sua implementação crítica na sociedade. Podemos citar o conhecimento científico e cultural na multiplicidade de escala (GOMES, 2019, p. 38), a exemplo do trabalho da UNAMCA pela permanência da memória da Capela dos Aflitos: “Muito especial [UNAMCA] para desocultar a história [memória da paisagem] do bairro da Liberdade. Relação entre o apagamento e as relações capitalistas na cidade” (Elisa, 09/05/23). Em continuidade, o trabalho da UNAMCA despertou a ideia de sobreposição de camadas no espaço-tempo: “Pensar na ideia de sobreposição/camadas de relações socioespaciais no bairro da Liberdade. Sabendo que o foco é no apagamento do povo negro, mas é importante lembrar que esse território era antes indígena e que, atualmente, temos os povos orientais” (Leandro, 24/05/23).



Considerações finais e continuidade de pesquisa

Partimos da temática antirracista, dos conceitos geográficos, da cartografia e a demarcação do território negro na Liberdade por meio de cinco localidades estudadas. Durante o desenvolvimento da pesquisa, concluímos as dimensões teóricas, metodológicas e sociais do trabalho de campo na formação do ser social e na formação do professor-pesquisador. A proposta é concreta por tratar do espaço urbano, do apagamento da diáspora africana e do reconhecimento do saber geográfico na revelação do cotidiano e do tempo presente.

O território é na sua essência um fato físico, político, social, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população. Não podemos perder de vista que a geografia é a área do conhecimento que tem o compromisso de tornar o mundo e suas dinâmicas compreensíveis para a sociedade, de dar explicações para as transformações territoriais e de apontar soluções para uma melhor organização do espaço (ANJOS, 2017, p. 262).

A geografia contribui para compreender o apagamento da memória negra, e as ferramentas analíticas constituem ciência fundamental para o entendimento do território negro na Liberdade. Esse instrumento de observação, estabelecido na demarcação de historicidade espacial, possibilita o estudo do passado para a reestruturação do presente.

Referências bibliográficas

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia da Diáspora África – Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 261–274, 2017.

ATIQUE, Fernando; GONÇALVES, Cristiane Souza. Igreja Nossa Senhora dos Remédios: protagonismo e invisibilidades no centro de São Paulo. In: Simpósio Científico do ICOMOS Brasil. 9. 2019, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2019. Não paginado. Disponível em: <https://even3.blob.core.windows.net/processos/7b28563b02ec474da4da.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2023.

BARONE, Ana Cláudia Castilho. Liberdade e punição: o que se reivindica na disputa pela identidade racial no bairro da Liberdade. **Cadernos PROARQ**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 74–92, jun. 2021.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro como ator político. In _____. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019. p. 21-40.



GUIMARÃES, Geny Ferreira. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da ABPN**, Curitiba, v. 12, ed. especial, p. 292–311, abr. 2020.

LACOSTE, Yves. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77–92, 2006.

LOPES, Claudivan; PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Estudo do meio: teoria e prática. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 173–191, 2009.

OLIVEIRA, Patricia Cristina Rodrigues de. **Tortura, punição e morte**: os lugares de memória e consciência da escravidão na cidade de São Paulo (1554-1954). 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Pós-graduação em Ciências Humanas e Sociais, Universidade do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

RODRIGUES, Denise dos Santos. **Cidade em preto e branco**: turismo, memória e as narrativas reivindicadas da São Paulo Negra. 2021. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SERPA, Ângelo. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórica-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7–24, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. A cidade metástasis e o urbanismo inflacionário: incursões na entropia paulista. **Revista USP**, São Paulo, n. 63, p. 16-35, 2004.